



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES NO AMAPÁ (SÉCULO XX)¹

João de Deus Santos de Sampaio

Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amapá, Especialista em Gestão e Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas, Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Amapá.

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

E-mail: sampaiojoao@outlook.com

RESUMO

O presente trabalho objetivou investigar a história dos Grupos Escolares amapaenses, para tanto, problematiza de que maneira ocorreu a institucionalização dos primeiros Grupos Escolares no Amapá – AP (atualmente estado do Amapá), durante o século XX. De tipo documental, a pesquisa contou com fontes da época, tais como, jornais, legislação educacional, relatório de instrução pública, relatório de governo do Estado do Pará e do Território Federal do Amapá - TFA, fotografias, dentre outras fontes que foram analisadas à luz da história cultural. O primeiro Grupo Escolar do Amapá foi instalado pelo Decreto N. 1521 do dia 8 de agosto de 1907, na cidade de Macapá, ainda sob a custódia do Estado do Pará, esta instituição funcionava em uma casa alugada, em condições precárias e tinha como diretora a professora Cora de Carvalho e os professores: Martinho de Bulhões Paes e Jovino d'Albuquerque Dinoá. Somente após a criação do Território Federal do Amapá em 1943, é que se inicia a construção de novos Grupos Escolares na região, como por exemplo a construção do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, com instalações modernas, sendo inaugurado em 13 de maio de 1946, no centro urbano da cidade de Macapá, e posteriormente, outros Grupos Escolares foram erguidos no Amapá. A pesquisa revelou que os Grupos Escolares eram considerados referências em educação e eram tidos como um instrumento indispensável capaz de estabelecer os ideais educativos de disciplina, higiene, controle, patriotismo, ordem e progresso, tais princípios foram indispensáveis para a manutenção do governo no Amapá e para a submissão dos amapaenses ao mesmo.

Palavras-chave: Institucionalização. Grupos Escolares. Amapá.

1 INTRODUÇÃO

Os Grupos Escolares foram uma política educacional adotada no Brasil, que configurava-se, como uma experiência inovadora de institucionalização e organização escolar, prevendo a construção de prédios apropriados para o funcionamento da instrução primária para toda a população, dentre outros aspectos administrativos, didáticos e pedagógicos.

Esse modelo de educação foi implantado no país logo após a Proclamação da República em 1889, como a política educacional da nova forma de governo recém instalado, no contexto de difusão e valorização dos ideais republicanos, sendo assim, os grupos escolares passaram a ser criados primeiramente em São Paulo em 1893 e, em seguida, nas demais regiões do Brasil.

¹Este trabalho é um recorte dos resultados e discussões do projeto de pesquisa intitulado “A implantação e consolidação dos Grupos Escolares na Amazônia Amapaense”, desenvolvido na Universidade do Estado do Amapá – UEAP.



Diante desse breve panorama histórico do surgimento dos grupos escolares no Brasil, o que se sabe sobre esses templos de conhecimento no Amapá – AP? Os trabalhos realizados sobre os processos históricos educativos nesta vasta região da Amazônia, não apresentam como objeto (foco central) de análise os Grupos Escolares, em decorrência disso, buscou-se nesta investigação respostas para a seguinte problemática: de que maneira ocorreu o processo de institucionalização dos primeiros Grupos Escolares no Amapá, ao longo do século XX?

Nessa perspectiva, objetivou-se investigar a história dos Grupos Escolares na Amazônia amapaense, analisando o processo de instalação dessas instituições educativas no Amapá. Deste modo, esta pesquisa justifica-se por sua relevância social-histórica e pela carência de estudos acerca da problemática em questão, pouco explorada na história da educação. Em face desta carência de estudos e informações sistematizadas sobre a história dos Grupos Escolares no Amapá, o presente trabalho se faz importante para o espaço acadêmico ao possibilitar inquietações sobre a realidade investigada, que podem instigar à novos estudos e contribuir dessa maneira com a construção da história da educação em âmbito nacional, regional e local.

Trata-se de uma pesquisa do tipo documental, que contou com fontes da época, jornais, legislação educacional, relatório de instrução pública, relatório de governo do Estado do Pará e do Território Federal do Amapá - TFA, fotografias, disponíveis no Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial do Pará e Biblioteca Pública Municipal de Macapá Elcy Lacerda.

Essas fontes foram analisadas a luz da história cultural, na concepção de Chartier este método de análise (2002 p.16), tem por “[...] principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, nesse caso, a realidade histórica de institucionalização dos Grupos Escolares do Amapá.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Com a Proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889, a exigência da alfabetização da população para a participação política nas eleições, tornava a instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano, sendo assim, caberia à escola primária difundir os valores republicanos. Neste sentido, reorganizar a instrução primária era um dos objetivos principais da República, daí então, surgem os grupos escolares (SOUZA, 1998).

Neste sentido, a implantação dos Grupos Escolares no Brasil em fins do século XIX revela o significado político, educacional e sociocultural da instrução pública para o projeto republicano de



sociedade. Dessa maneira, os Grupos Escolares foram um modelo de institucionalização do ensino primário e de escolarização da infância que ocorreu no Brasil, dentro do contexto político social republicano, como uma opção da República brasileira para o desenvolvimento da educação da população, mas, sobretudo, para serem utilizados como vetores de uma política que “interessava em incorporar o povo à nação” (FARIA FILHO, 2000, p. 27).

Destarte, a criação dos Grupos Escolares foi um projeto inovador à época, tanto por reunir em um mesmo espaço arquitetônico várias crianças e professores sob a orientação e administração de um professor que assumia a função de Diretor, quanto por permitir a organização do ensino em séries, possibilitando ao docente maior dedicação à instrução de crianças com o mesmo nível de aprendizado. Em razão dessa nova sistemática, foi possível introduzir as classes e as séries, compatibilizando o ensino à idade e ao estágio de aprendizagem das crianças (COSTA, 2011).

A tarefa primeira dessa instituição era garantir, por meio da escolarização, que a população em seu conjunto fosse homogeneizada, e, para tanto, o conhecimento das primeiras letras e das noções de coisas era requisito essencial. Como esclarece Souza (1998, p. 30) “A criação dos grupos escolares surge, portanto no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular [...]”.

Em virtude disso, os padrões dos Grupos Escolares, disseminados no Brasil,

[...] assumiam grande relevo, aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros (SCHUELER e MAGALDI, 2009, p.43).

Logo, a educação na República deveria ser considerada um dos caminhos fundamentais na luta contra o analfabetismo, e para a promoção do amor à pátria, da organização, do controle, da disciplina, da civilização e do progresso do povo brasileiro. No entanto, em 1971, promulgada a Lei Nº 5.692/71, os Grupos Escolares passaram a ser extintos e de acordo com Vidal (2006, p.6) estas instituições acolheram duas gerações de brasileiros “e foram responsáveis pela inserção de uma significativa parcela da população nacional no universo dos saberes formalizados”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No início do século XX, período antecedente da criação do Território Federal do Amapá, os administradores locais atuavam minimamente no campo educacional e nos demais setores da vida



social moderna dos amapaenses, sendo que nesse período o Amapá ainda fazia parte do Estado do Pará e estava sob a custódia do governador e coronéis paraenses.

Nesse contexto, detectou-se que em 1907 foi instalado em uma casa alugada (humilde, suja e mal-arejada) na cidade de Macapá, o primeiro Grupo Escolar do Amapá, pelo Decreto nº 1.521 do dia 8 de agosto do ano supracitado, denominado “Grupo Escolar de Macapá”. O único Grupo Escolar implantado pela gestão governamental paraense em solos amapaenses. Com base no relatório de instrução pública encontrado no Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Pará (1913 p. 3219), este grupo escolar teve como primeira diretora a professora Cora de Carvalho e os docentes: Martinho de Bulhões Paes e Jovino d’ Albuquerque Dinoá, que foram os docentes pioneiros na educação formal no âmbito dos Grupos Escolares no Amapá.

Esse cenário de descaso pouco mudou, e até o espaço geográfico que compreende hoje as terras do Estado do Amapá, se tornar Território Federal em 13 de setembro de 1943 pelo Decreto-Lei nº 5.812, quase a totalidade dos amapaenses ainda era analfabeta. O então governador do TFA, Janary Gentil Nunes (nomeado para o cargo pelo presidente do Brasil, na época, Getúlio Vargas), iniciou nos seus primeiros meses de governo na cidade de Macapá a construção do Grupo Escolar Barão do Rio Branco em 1944, com instalações modernas sendo inaugurado no dia 13 de maio de 1946 em um ponto de destaque no centro urbano da cidade de Macapá (capital do TFA).

Entretanto, muitas foram as dificuldades referentes à carência de Grupos Escolares no TFA, de professores para ministrarem aulas, bem como, de materiais didático-pedagógicos para instruir a população e inculcar os ideais republicanos e educativos que o governador pretendia difundir (disciplina escolar, higiene, controle, patriotismo, ordem e progresso), tais princípios indispensáveis para a manutenção do governo no TFA e para a submissão dos amapaenses ao mesmo. Apesar disso, o próprio governador Janary Gentil Nunes buscou angariar recursos, e em 1946 assinou um acordo com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) para a concessão de um auxílio, destinado à ampliação e melhoria do sistema escolar primário no Amapá (LOBATO, 2009).

Diante disso, destaca-se que a construção e instalação de Grupos Escolares intensificaram-se a partir do momento que as terras Tucujus se tornaram Território Federal, não só no governo de Janary Gentil Nunes, como nos demais, e não apenas foram instalados em Macapá (cidade/capital), como também nas demais regiões (cidades, localidades, distritos) do TFA.

Os Grupos Escolares nesse contexto, representavam um símbolo de organização escolar e inovação que elevava a tentativa de desenvolvimento social, político, econômico e cultural do amapaense, o que contribuiu para que estas instituições se tornassem referência em educação para



as demais instituições criadas no Amapá norteadas pelos princípios de ordem, higiene, amor à pátria e principalmente à ambição pela prosperidade individual e coletiva que o governador Janary Nunes tanto queria que fossem difundidos por estas instituições de ensino (LOBATO, 2009).

A educação nesta conjuntura, já aparecia como um dos caminhos capazes de promover a eliminação do analfabetismo e a implantação do progresso do povo brasileiro, mesmo não conseguindo na prática efetivar essas perspectivas, estes continuavam sendo os ideais educativos que se difundiam pelo país nessa época e que prevalecem até os dias atuais.

Na Amazônia amapaense, este processo começou tardiamente em relação aos demais estados do Brasil, o primeiro Grupo Escolar do Amapá foi criado na cidade de Macapá pelo Decreto-Lei nº 1521, de 8 de agosto de 1907 (época em que o Amapá pertencia ao Pará), e anos depois, quando o Amapá estava na condição de Território Federal este grupo é substituído pelo Grupo Escolar Barão do Rio Branco inaugurado em 1946.

Diante do exposto, afirma-se que a difusão dos Grupos Escolares ocorreu lentamente no Amapá, após a criação do primeiro Grupo Escolar na cidade de Macapá. Apenas em 1946 com a inauguração do primeiro Grupo Escolar do TFA, pelo então governador Janary Nunes é que o mesmo consegue por meio de concessão ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, recursos financeiros para a construção de novas instituições de ensino, haja vista à necessidade de escolas para instruir a população naquela época.

4 CONCLUSÃO

O surgimento desta política educacional no Amapá, de início construiu com o de outras regiões mais desenvolvidas do Brasil, uma vez que eram criados edifícios apropriados para o funcionamento da instrução primária, muitos pelo o conforto e comodidade eram considerados verdadeiros “palácios de instrução”, no Amapá precariamente seu advento foi marcado por condições inóspitas de funcionamento, fruto do descaso paraense.

No Amapá, como se pôde perceber, os Grupos Escolares levaram demasiado tempo para se efetivar, ou seja, 39 anos após a criação do primeiro Grupo Escolar criado na região, é que se intensifica a construção de novos Grupos Escolares, em virtude da criação do Território Federal, fato este, indispensável para o surgimento dessas instituições no Amapá.

Por outro lado, a pesquisa permitiu compreender que os Grupos Escolares se constituíram e foram referência em educação para as demais instituições de ensino existentes no Amapá. Além disso, este estudo revelou que os Grupos Escolares eram tidos como um instrumento capaz de estabelecer os ideais e educativos de disciplina, higiene, controle, patriotismo, ordem, progresso e



outros de interesse do governo territorial e da nação brasileira, tais princípios, foram indispensáveis para a manutenção do governo no Amapá e para a submissão da população ao mesmo.

Portanto, objetivou-se investigar a história dos Grupos Escolares na Amazônia amapaense, analisando o processo de instalação dessas instituições educativas no Amapá. Para tanto, apresentou-se uma breve discussão dos motivos que levaram a esta pesquisa, bem como da temática desta. Além disso, apresentou-se um referencial teórico metodológico para subsidiar este trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO PARÁ. **Grupos Escolares**. Belém, 1913 p.3219.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002, p. 61-80.

COSTA, Renato Pinheiro da. **O Grupo Escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema escolar no Estado do Pará**: institucionalização, organização curricular e trabalho docente (1968-2008). Dissertação – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: Forma e cultura escolar em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944-1956). Belém: Paka-Tatu. 2009.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Revista Tempo**, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: _____. (Org.) **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006.